



8ª Reunião da Comissão Organizadora Nacional

13 e 14 de agosto de 2009

Local: Hotel San Peter – Brasília, DF

A 9ª Reunião da Comissão Organizadora Nacional está prevista para ocorrer na primeira quinzena de outubro de 2009. Reservem suas agendas!

Objetivos da Reunião:

1. Socializar informações e alinhar estratégias de ação para a Etapa Nacional.
2. Apresentar balanço geral do processo.
3. Apresentar Balanço das Etapas Estaduais e deliberar sobre os recursos apresentados.
4. Apresentar balanço da sistematização das propostas.
5. Avançar no diálogo sobre o período pós-CONSEG.
6. Aprovar Resolução 03/2009 sobre a Etapa Nacional.
7. Pactuar encaminhamentos para a continuidade dos trabalhos.

Encaminhamentos:

1. Disponibilização dos celulares dos membros da CON para serem facilmente localizados durante a Etapa Nacional.
2. No stand da CON haverá pessoas das entidades da CON - FENAPEF, MNDH, Viva RIO, ADPF, FENAPPI e COBRAPOL para cuidar do espaço e materiais de todas as entidades que utilizarem o stand.
3. Balanço das Conferências Livres detalhado será enviado à CON.
4. Membros da CON deverão apoiar divulgação do questionário sobre o perfil dos participantes da 1ª CONSEG, a ser enviado via eletrônica pelo Instituto Via Pública e com possibilidade de ser preenchido em terminal durante a Conferência.
5. Dar andamento sobre a reestruturação do CONASP, conforme pactuado durante a reunião, para que sejam anunciados os próximos passos durante a Conferência.
6. Envio do Caderno de Propostas em versão digital para os membros da CON. Previsão para 21 de agosto.
7. Entidades da CON deverão preparar seus balanços de avaliação sobre a CONSEG para trazerem para a próxima reunião.
8. Todos os materiais apresentados serão enviados aos membros cadastrados no e-group. Aqueles que não estiverem enviem e-mail para mariana.carvalho@mj.gov.br

DIA 1 – 13 DE AGOSTO DE 2009

ABERTURA DOS TRABALHOS

- Abertura e Boas-Vindas – Regina Miki, Coordenadora-Geral da 1ª CONSEG e Airton Michels, Diretor do Departamento Penitenciário Nacional, MJ.
- Apresentação da Programação – Fernanda dos Anjos, Secretária Executiva da 1ª CONSEG.

APRESENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA DA 1ª CONSEG

- Foi registrada a presença da UNESCO acompanhando a reunião da CON, assim como de jornalista do jornal Le Monde Diplomatique e da pesquisadora do CEBRAP.

- Está em andamento parceria com a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) que fará registro para a NBR sobre a Conferência, gravações de entrevistas para programas de chamada da Etapa Nacional e garantirá a transmissão via internet do evento pelo portal www.conseg.gov.br.
- Mariana Carvalho, Secretária Executiva Adjunta da 1ª. CONSEG, fez o informe da Secretaria Executiva sobre: a contratação da empresa de eventos que venceu a licitação para organizar o evento da Etapa Nacional, a K-Soft; a preparação da Delegação do Governo Federal para a Etapa Nacional, em especial com a realização da Conferência Livre em 27 de julho; o desenvolvimento da pesquisa sobre redes sociais do CEBRAP que já apresentou seu primeiro relatório analítico feito a partir das entrevistas com membros da CON; a finalização da consulta nacional aos policiais com mais de 64 mil questionários respondidos por trabalhadores da área; o desenvolvimento do processo de avaliação da gestão da 1ª CONSEG por parte do Instituto Via Pública; a presença da Coordenação Executiva da 1ª CONSEG em todas as Etapas Estaduais e muitas outras etapas preparatórias (*PPT no link*).

REESTRUTURAÇÃO DO CONASP

- Daniel Avelino, assessor especial da Coordenação Executiva, fez apresentação sobre o CONASP, seu histórico e estrutura atual. Apontou alterações no decreto vigente para transformar o Conselho num órgão mais democrático. Propôs a estruturação de um conselho transitório com atribuições específicas para elaborar regimento interno e organizar a eleição dos conselheiros, à luz da composição tripartite estabelecida pela CONSEG, além de encaminhar as resoluções da Conferência. Para tanto, seria aproveitada a composição da CON para o processo transitório do CONASP com mandato de um ano prorrogável. (*PPT no link*)
- Após a apresentação, foi aberto o debate:
 - a) Pehkx Jones/DPF - Proposta legítima da CONSEG, com a ampliação o âmbito de representatividade na gestão do sistema de segurança pública. A agenda de transição do CONASP é factível para agosto de 2010.
 - b) Geder Rocha/CNCP - Apoio ao CONASP transitório. Relatou a experiência do CNCP e questionou se o novo CONASP terá caráter deliberativo. Opinou por um conselho “enxuto”. É fundamental garantir a correspondência do conselho com um órgão administrativo executório.
 - c) Tereza Cristina/CONDEGE - Preocupação sobre a constituição da CONASP se seria similar à CON. Defendeu a existência da representação do sistema de justiça.
 - d) Ivone Costa/RENAESP- A proposta do CONASP esta muito bem sistematizada. Esta é a melhor forma de lidar com o desafio da implementação da política e resoluções deste processo participativo que marca um momento histórico na segurança pública do país. Defendeu o poder deliberativo do órgão.
 - e) Paulo Poloni/SINDAPEF – Preocupação com a urgência do momento político. É preciso uma resolução na Conferência sobre a implementação do CONASP. Há uma desigualdade histórica na composição da comissão e é preciso garantir uma representatividade efetivamente democrática. Tem que ser garantido um orçamento independente.
 - f) Tião/Viva Rio- a CONSEG foi o ápice da mudança de paradigma na segurança pública, caracterizada por um debate maduro entre os três segmentos. O CONASP seria o órgão de acompanhamento dessa mudança. Neste contexto, o conselho tem que ter poder deliberativo.
 - g) Rosemeire/OAB - Sobre o caráter deliberativo do conselho nacional, isto vai repercutir na estruturação dos conselhos em outros níveis de governo e credencia a todos para “cobrarem” a replicação em seus estados e municípios. Lembrou que a CON, em sua penúltima reunião, emanou moção com a solicitação da reestruturação do CONASP e que agora a Coordenação Executiva estava executando o que foi demandado.
 - h) João Sana/ FNP- Conseguimos avançar a despeito de todas as diferenças e ampliou-se o debate e a participação. Existe uma consciência coletiva sobre a importância de reativar este conselho e que ele seja deliberativo. Seria importante fazer um anuncio da reformulação do conselho já durante a Conferência.
 - i) Marcelo Pires/ SG-PR - Este ano teremos 14 conferências nacionais. Trata-se de uma conquista da sociedade civil nas diversas áreas de políticas públicas e é nossa intenção criar as condições para que as Conferências nacionais permaneçam como política de estado. Também entre 2003 e 2009 19 conselhos foram reestruturados.
 - j) Cel. Mello/CNCG - Na ultima reunião da CON houve posição que continuasse a mobilização da CON para apoiar a reestruturação do CONASP. Importância dos órgãos colegiados. Observância das representações antigas, como Forças Armadas e Poder Judiciário. A Associação Nacional dos Praças não era contemplada no CONASP e agora será. As categorias policiais têm que se acertar na composição do conselho.
 - k) Marcos Rezende/FENDH – Lembrou que nos dias 14 a 16 de agosto entidades da sociedade civil vão discutir a segurança pública num encontro nacional em Salvador. É uma parcela legítima da sociedade civil que coloca em questão o processo. Quando a CON foi criada ela não foi feita através de um amplo processo democrático

e, portanto não tem representação legítima da sociedade brasileira. Várias associações representativas da sociedade civil, como de defesa das mulheres e dos negros, não estão presentes.

- l) Cel Sá Ribas/AMEBRASIL - Sobre a proposta de reformulação do CONASP, o conselho não funcionava de maneira adequada. A participação social enriquece o processo tanto no âmbito do conselho como nas diferentes etapas da Conferência. Por falta desta troca de experiência e aproximação entre policiais e sociedade civil, foi se criando vários preconceitos e desentendimentos. O conselho deve ser representativo, mas realmente não deve ser grande demais, deve ser deliberativo e vinculado a um órgão administrativo. A implementação dos resultados da Conseg vai depender de um entendimento político no nível mais elevado que o conselho, no Congresso e entre esferas de governo.
- m) Luiz Gonzaga/ANASPRA - desde o início do processo foram colocadas a reformulação do CONASP, a implementação do SUSP e a formulação de uma política nacional de segurança pública. As duas últimas propostas serão processos construídos a partir do decreto de reformulação do CONASP que já será o primeiro resultado da CONSEG. A representatividade será um desafio posterior.
- n) Marcos Leôncio/ADPF – Destacou a necessidade de se definir qual o órgão que executará as deliberações do conselho. O conselho será deliberativo, e não gestor, mas deve ser levado em consideração o pacto federativo - este não irá vincular os estados se não houver financiamento de políticas públicas. Sobre a representatividade do conselho definitivo, salientou que há hoje uma distorção no segmento trabalhadores por conta das pautas corporativas e que as categorias dos trabalhadores deverão ser menos fragmentadas. Reivindicou a participação efetiva dos dirigentes das entidades e órgãos representados.
- o) Celito/ABC - sobre a fase de transição do CONASP, não podemos ter a ilusão que conseguiremos uma representação ótima de todos os segmentos. O processo de escolha dos representantes deve levar em consideração várias modalidades da eleição à indicação.
- p) Renato Lima/FBSP - Este é o momento em termos estratégicos. O poder deliberativo não diz respeito aos estados, mas a política nacional de segurança pública - a deliberação se dá no plano da União. A opção tática do conselho transitório não pode criar expectativas grandes demais. Devemos pensar princípios e diretrizes para o CONASP transitório, com uma agenda de atuação.
- q) Denis Miszne/ Sou da Paz - Superamos preconceitos e isto é um mérito muito grande da Conseg que não podemos perder de vista. Antes não havia diálogo entre os segmentos. Fico preocupado com a consolidação da CON como conselho de transição do CONASP que pode criar expectativas demais. Há setores importantes que não se sentem plenamente representados no âmbito da CON que foi constituída por meio de indicação do governo federal. Faz sentido que a CON pense a reestruturação do conselho nacional, mas talvez sob formato de um grupo de trabalho com algumas diretrizes – como, por exemplo, como pensar uma representação enxuta.
- r) Cte. Casanova/LIGABOM - Agradecimento a CON por ter incorporado o eixo 7. Apoio ao CONASP. O fortalecimento do SUSP é fundamental com o CONASP reformulado. A participação da sociedade civil nas políticas de prevenção é fundamental.
- s) Gilson Cardoso/MNDH - O MNDH está inserido na CON e na Conseg, mas faz ao mesmo tempo a crítica ao processo com a maior responsabilidade possível, tanto na CON como lá fora. Os conselhos instituídos pelo governo Lula são um avanço, mas por si só não dão conta da luta dos direitos humanos no país.
- t) Everardo Lopes/Desarma Brasil - Estamos vivendo num momento histórico, conseguimos construir representatividade e legitimidade na CON no processo de construção da conferência e devemos ser o fórum de transição. Defesa do caráter deliberativo. Participei de várias conferências estaduais e vi muita disposição dos participantes em mudar a situação da segurança pública no país. A realização da Conseg já constitui um novo paradigma e vai mudar a metodologia das Conferências nacionais.
- u) Simone de Jesus/FENAPPI- a reformulação do CONASP constitui um resultado concreto e necessário da Conseg. A preocupação dos trabalhadores é evitar a antropofagia entre as categorias.
- v) Antonio Funari/Fórum de Ouvidores – Cumprimento a toda a equipe da coordenação executiva da Conseg que conseguiu dar legitimidade a CON com a condução democrática dos trabalhos. Que o conselho provisório do CONASP possa beber da fonte da CON - de sua representatividade e legitimidade. Houve uma abertura total para a participação.
- w) Daniel Lerner/SEDH – A favor do conselho provisório no modelo proposto sendo que os princípios contemplem a temática dos direitos humanos. Interessa que haja uma polícia que respeite os direitos humanos por meio da valorização profissional. Importância de ter uma política nacional definida e um conselho nacional democrático. O mandato principal do conselho de transição seria a criação de um grupo pequeno para pensar o regimento interno, fazer um balanço de outros conselhos nacionais e pensar numa articulação do CNPCP com o CONASP. Uma das tarefas do CONASP poderia ser realizar missões locais diante de casos graves, com a produção de relatórios.

- x) Jânio Gandra/COBRAPOL – Apoio ao CONASP de transição.
 - y) Eliete Borges/Diretores Perícia- Tenho 15 anos como perita criminal. O presidente Lula e o ministro Tarso Genro nos desafiaram a participar da Conseg e agora temos a possibilidade de reestruturar um conselho nacional com participação democrática.
 - z) Almir Laureano/GOB- Na ultima reunião elaboramos moção apontando que os membros da CON possam conduzir o processo de reestruturação do CONASP em razão da legitimidade que foi construída no processo da Conseg. Fomos capazes de construir consenso.
- Em virtude do tempo, o assunto foi suspenso para ser retomado no dia seguinte para a tomada de decisão sobre alguns pontos.

BALANÇO DAS ETAPAS ESTADUAIS E DELIBERAÇÃO SOBRE RECURSOS DAS ETAPAS ELETIVAS

- Guilherme Leonardi, Coordenador de Mobilização da 1ª. CONSEG, apresentou balanço das Etapas Estaduais (*PPT no link*). Todas as etapas estaduais foram convocadas e realizadas dentro do prazo estabelecido pelo regimento interno, assim como todos os relatórios foram entregues no prazo. Houve maior participação nos estados do nordeste, 32% do total dos participantes de Etapas Estaduais. Em relação a participação por segmentos, 14 estados disponibilizaram informações, totalizando a seguinte proporção: 47% foram da sociedade civil, 34% trabalhador e 15% poder público. Distribuição de diretrizes por eixos - maior participação nos eixos 5 e 3. Houve quebra de representação institucional de algumas categorias de trabalhadores, em particular da Polícia Federal (delegados e agentes).

- Foram apresentados os recursos propostos referentes às Etapas Eletivas para a análise e deliberação da CON:

Recurso 1) Interessado: Central de Movimentos Populares. Etapa RS. Vereador foi eleito como candidato da sociedade civil.

Decisão: A favor da impugnação do vereador eleito - consenso da CON

Recurso 2) Interessado: Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar do DF- Não há Ouvidor Geral no DF, mas ouvidora vinculada ao Corpo de Bombeiros pleiteou a vaga e foi eleita. Pleito - participação dos ouvidores das corporações nas etapas estaduais como trabalhador. Foi aberto o debate:

- a) Fernanda dos Anjos/MJ - É importante retomar histórico da construção da vaga do ouvidor na vaga dos trabalhadores no ano passado, quando já se sabia quais estados possuíam o órgão instituído.
- b) Cel. Mello/CNCG – defesa da vaga para a ouvidora da PM/DF.
- c) Cel. Marlon Teza/FENEME - de fato não houve nenhum outro candidato e o Regimento Interno não impede.
- d) Coronel Sá Ribas/AMEBRASIL – Leitura de dispositivos do Regimento Interno que não impedem a vinda da ouvidora.
- e) Antonio Funari/Ouvidor - Nesta composição de ouvidor no rol dos trabalhadores teve como consequência todos os recursos a começar pela ouvidora de Brasília. Não houve outro candidato. Na realidade trata-se de uma representação de gestor.
- f) Tião Santos/Viva Rio – Temos que ser coerentes com o que foi aprovado. Em muitos estados, não foi apresentada candidatos para as vagas de ouvidor, pois se sabia que não se adequavam ao posto. Eles perderam a chance de se candidatar como esta ouvidora.

Votação nominal:

Posição 1 – Manter a ouvidora de policia militar com a vaga (entra)- 13 votos

Posição 2 - Retomada do que tinha sido inicialmente acordado - só ouvidor geral de policia (sai) - 15 votos

Decisão: Não virá como representante eleita.

Em seguida, foi votada a possibilidade de vir como convidada. Por contraste, a maioria decidiu que ela virá como convidada (*votação realizada durante o Recurso 4*).

Recurso 3) Interessado: Ouvidoria de Policia do Minas Gerais- Assessor do Ouvidor foi eleito na vaga para a Etapa Nacional e validado pela COE/MG. Foi aberto o debate:

a) Luiz Gonzaga/ANASPR - Não há ouvidoria na defesa militar.

b) Antonio Funari/Fórum de Ouvidores - Ouvidoria de Policia de MG é histórica e tem uma cultura grande - é uma importante instituição. É justificado que o assessor do ouvidor seja suplente e garanta a representação da Ouvidoria de MG.

c) Gilson Menezes/Guardas Municipais- não foi discutido pela CON se ouvidores podem ser substituídos e tem que ser levado em consideração sua categoria policial (bombeiro militar).

d) Denis Mizne/ Sou da Paz- houve um acordo na reunião passada que os ouvidores estão na categoria dos trabalhadores apesar de ser gestores. A vaga é da instituição e se a ouvidoria indica um representante é legítimo.

e) Tião Santos/Viva Rio- Cabe a MG nomear o representante da ouvidoria

Esclarecimento: O assessor foi eleito como candidato único; ele não tem prerrogativa de ouvidor substituto.

Votação por contraste:

Posição 1 - Manutenção do assessor representando a Ouvidoria de MG

Posição 2- Não vem para a etapa nacional.

Decisão: Por contraste, a maioria decidiu pela vinda do assessor na condição de participante.

Recurso 4) Interessados: Ouvidorias de Polícia de São Paulo e Bahia - Ouvidores participaram das etapas estaduais, mas não se candidataram por falta de informação e querem agora estar na etapa nacional.

Votação nominal:

Posição 1 - Participação dos ouvidores na etapa nacional - 8 votos

Posição 2 - Não vêm para a etapa nacional - 19 votos.

Foi reaberto o debate:

a) Renato Lima/FBSP: relatou que presenciou o equívoco do caso de SP e a informação que chegou é que a vaga não foi substituída. Sugere chamá-los como convidados ou observadores.

b) Paulo Poloni/SINDAPEF- O regimento é específico no que diz respeito a obrigatoriedade de passar pela eleição.

c) José Belintani/ISPCV - alega que, neste caso, a Ouvidoria da PM/DF também viria como convidado.

d) Denis Mizne/Sou da Paz - poderia vir participar na Conferência para garantir participação da ouvidoria de SP.

Marcos Rezende/FENDH levantou questão de ordem se a alternativa de vinda como convidados deveria ser votada.

Por contraste, a maioria optou por ir à votação.

Em seguida, abriu-se a nova votação por contraste:

Posição 1 – vinda como convidados

Posição 2 – não vinda

Decisão: Por contraste, a maioria decidiu pela vinda dos ouvidores da BA, SP e PM/DF, na condição de convidados.

Recurso 5) Interessado: Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionista – Amai. Etapa do Estado do Paraná. Pedido de revogação da decisão que impugnou diretrizes do eixo 4 sob alegação de que não haviam sido discutidas adequadamente pelo GT respectivo. Recurso foi aceito pela COE e impugnadas diretrizes do Eixo 4. Propostas foram ao momento interativo e foram priorizadas. Foi aberto o debate:

a) Coronel Sá Ribas/AMEBRASIL - Esclarecimento como membro da COE/PR. O GT do Eixo 4 cumpriu metodologia.

b) Cel. Melo - Recebi parecer (6 agosto) colocando que a CON iria decidir. Participei na Conferência Estadual e a pessoa que apresentou o recurso não levou em consideração a regra da pactuação entre os grupos que participam da Conseg. Estavam presentes todas as categorias relevantes e não pode se dizer que houve imposição.

Votação por contraste:

Posição 1 - Acrescentar as diretrizes excluídas no Relatório Final da etapa.

Posição 2 – Não acrescentar.

Decisão: Por contraste, a maioria decidiu pela posição 1.

Recurso 6) Interessado: Carmelita Lopes dos Santos - Etapa Estadual do RJ. Estado possuía 44 vagas para Sociedade Civil, mas foram anunciadas 45. Ela foi a 45ª votada e foi anunciada como eleita ao final da etapa. Foi passada para 1ª suplente pela COE.

a) Profa. Ivone/RENAESP- foram criadas expectativas e ela deveria participar.

b) Paulo Poloni/ SINDAPEF - Seguindo votação sobre ouvidoria que ela venha como convidada.

c) Marcos Resende/FENDH- ela deveria ser ao menos convidada para a etapa nacional como foi feito para os ouvidores.

d) Renato Lima/FBSP- Questão de ordem- as vagas já estavam contadas e disponíveis- não é o mesmo caso que os ouvidores. Em termos de logística esta 45ª vaga não estava disponível, diferente das vagas que estavam disponíveis para os ouvidores.

e) Regina Miki/MJ: Ela ficando convidada perderá sua vaga de suplência e possibilidade de vir como delegado

f) Profa. Ivone/RENAESP- deveria ser perguntado a ela se ela esta disposta a vir como convidada

Votação nominal:

Posição 1 – Vem como participante eleita – 8 votos.

Posição 2 – Não vem como participante eleita – 20 votos.

Justificativa de voto do Tião Santos/Viva Rio: Carmelita contribui muito para o trabalho da COE RJ, mas temos que cumprir o regimento.

Em seguida, abriu votação por contraste para decidir se a Carmelita viria como convidada:

Posição 1 – Vem como convidada

Posição 2 – Não vem como convidada

Decisão: por maioria, vem como convidada.

Recurso 7) Delegadas do Ceará (Rena Moura e Penélope Góes). Revisão de impugnação de candidatura de duas representantes com cargo em comissão/ DAS.

a) Jânio Gandra/COBRAPOL - Procuraram o sindicato dos policiais e relataram a situação. Todo delegado que assume delegacia é trabalhador, mas também cargo em comissão. Outros casos podem ter ocorrido em outras etapas estaduais e nós não estaremos impedindo a vinda. O mérito delas é terem sido votadas.

b) Celito Cordioli/ABC - a questão de cargo comissionado foi amplamente debatida pela CON; não têm direito de vir pelo regulamento interno.

c) Fernanda dos Anjos/MJ - temos uma questão de infra-estrutura e tempo limite para viabilizar a vinda dos participantes para a etapa nacional. Os casos que chegaram até nós estão sendo julgados, mas não podemos nos posicionar sobre outros casos.

d) Wilmar Braga /CONCPC - sugere que as duas delegadas sejam convidadas

e) Coronel Mello/CNCG - Estamos aceitando todos os recursos para a vinda de representantes eleitos impugnados como convidados, sendo que estes vão participar da Conferência e defender interesses de suas categorias.

Votação por contraste:

Posição 1 – As delegadas não vêm como representantes.

Posição 2 - As delegadas vêm como representantes.

Decisão: por maior, elas não vêm para a Etapa Nacional.

Em seguida, houve nova votação por contraste e, por maioria, ficou decidido que elas também não virão como convidadas para a etapa nacional.

Recurso 8) Interessado: Guttemberg Carvalho Lima. Etapa do DF. Revisão de impugnação de candidatura. Ele possui cargo comissionado e é presidente do Conselho Comunitário de São Sebastião.

Em votação por contraste, foi decidido que ele não participará da Etapa Nacional.

Recurso 9) Interessado: Associação dos Peritos em Criminalística de Goiás. Etapa de Goiás. Impugnação de candidatura de dois papiloscopistas. Para fins da Conferência estão inseridos na categoria de perito (nota de esclarecimento expedida).

a) Celito Cordioli/ABC - Já desde a construção da CON houve um problema na composição da categoria e os papiloscopistas foram incorporados como peritos. Num segundo momento saiu na lista das vagas que a definição seria peritos oficiais de natureza criminal. Goiás foi um caso atípico em razão de situações que a Simone pode esclarecer.

b) Simone de Jesus/FENAPPI - Existe uma briga histórica estamos tentando superar com o apoio do Celito. Dividimos na mesma poltrona o voto da categoria de policia técnica ou como foi colocado perícia de natureza criminal. Se Dividimos a cadeira, podemos dividir a vaga.

Votação por contraste: por maioria, decidiu-se pela manutenção da eleição dos papiloscopistas.

Recurso 10) Interessado: Alice Maria Furtado Souza. Etapa do Ceará. Representante foi a mais eleita na etapa regional, mas não se elegeu na estadual. Demanda participação na etapa nacional.

Em votação, por consenso decidiu-se que ela não vem para a Etapa Nacional.

Votação por contraste: consenso da CON que ela não vem.

Recurso 11) Interessado: Secretário de Segurança Pública de Caxias do Sul. Etapa Municipal. Pedido de avaliar processo eletivo, já que foi dada uma reunião orientação equivocada sobre a votação, mas que logo em seguida foi retificada em Plenária.

Votação por contraste: consenso da CON de que foi válido e que permanece a eleição conforme o regimento interno.

Recurso 12) Interessado: Cleudima Lucia da Silva Freire. Etapa Municipal de Viana/ES. Estagiária do juizado especial teve candidatura impugnada pela comissão organizadora municipal e fez recurso para CON. Foi aberto o debate:

- a) Renato Lima/FBSP- Uma coisa é que parece que de fato houve uma impugnação injustificada. Por outro lado há um pedido radical de anulamento da etapa municipal. É impossível repetir o pleito eleitoral.
- b) Belintani/ISPCV - Como houve um equívoco da comissão organizadora municipal posto que a candidatura era legítima, eu a convidaria a participar na etapa nacional.
- c) Wilmar Braga/CONCPC - É o caso de aplicar a isonomia. Temos um caso de um erro que não foi da parte, portanto minha proposta é que ela seja convidada a participar.
- d) Marcelo Pires/SG-PR - nos devíamos nos ater a responder a sua proposta, com relação à impugnação eleitoral.
- e) Antonio Funari/Fórum de Ouvidores - podemos propor a desistência do pleito e que ela seja convidada a participar na Conferência Nacional.
- f) Tião Santos/Viva Rio – Temos que tomar cuidado para não deixar brechas para impugnação da etapa nacional.
- g) Eliete Borges/ Diretores Perícia – como o recurso chegou após o dia 29 de maio, já não dava mais para refazer a etapa municipal devido ao prazo.
- h) Marcilio Vieira/ANADEP- sugeriu para remeter para a comissão organizadora municipal.
- i) Marcos Leôncio/ADPF- não há provas ou documentos que demonstram o fato.
- j) Celito Cordioli/ABC- Pode ser colocado para ela que não foi julgado por falta de documentação para que esta comissão possa chegar a uma decisão.
- k) João Sana/FNP - tivemos cinco municípios PRONASCI no Espírito Santo. O município de Viana foi um município que fez dois dias de Conferência com todos os eixos sendo debatidos. Não se pode anular toda uma etapa em razão do recurso de uma pessoa.
- l) Rosemeire/OAB - a CON pode conhecer ou não conhecer o recurso por insuficiência de instrução.
- m) Camilo Bridi/FENEME - o melhor caminho jurídico para a CON seria não reconhecer o recurso por falta de instrução.

Votação nominal:

Posição 1 - não conhecer do recurso por falta de instrução: 18 votos

Posição 2 – conhecer: 5 votos

Decisão: pelo não conhecimento do recurso.

DIA 2 – 14 DE AGOSTO DE 2009

ETAPA NACIONAL: INFORMES E QUESTÕES

- Antonio Gianichini, Coordenador de Infra-Estrutura, fez uma apresentação detalhada da logística do evento nacional (*PPT no link*) e Fernanda dos Anjos complementou algumas questões. Informou que as delegações estaduais serão repartidas por hotéis; que serão oferecidos quartos duplos para os participantes da etapa nacional; que qualquer despesa de frigar e ligação telefônica ocorrerá por conta dos participantes; que não será autorizado porte de arma de fogo durante o evento, pedindo a ajuda da CON para divulgar essa informação junto às corporações; que não há mais disponibilidade de vagas para a Etapa Nacional.
- A Carta de Boas Vindas será enviada e disponibilizada para os participantes (*documento no link*).
- Haverá um stand da CON para divulgação de materiais de todas as entidades que compõem a comissão. Não poderá ser vendida nenhuma publicação. O stand é de inteira responsabilidade da CON e dos expositores escolhidos. Até o final da reunião precisamos definir quais entidades, às suas expensas, disponibilizaram 5 pessoas para coordenar os stands.
- Cada entidade da CON tem direito a uma vaga para suas assessorias de imprensa, necessitando de credenciamento prévio junto ao Coordenador de Comunicação, Marcelo de Paiva (marcelo.paiva@conseg.gov.br).

PAPEL DA CON NA ETAPA NACIONAL DA CONSEG

- Fernanda dos Anjos fez uma apresentação de idéias iniciais sobre os papéis a serem desempenhados pelos membros da CON durante a Etapa Nacional: porta-voz das regras e metodologias, mediadores políticos, articuladores e fiscais do processo (*PPT no link*). Informou que os membros da CON são membros natos (voz e voto no GT), mas haverá um crachá diferenciado para os membros da CON para poder circular em alguns lugares diferenciados.

- Mariana Carvalho/MJ- Os membros da CON escolherão livremente seus Eixos Temáticos e debaterão como qualquer participante. Mas para tomada de decisões haverá uma sala especial da CON na Conferência e os membros serão convocados sempre que necessário.
- Everardo Lopes/Desarma Brasil - Este processo de um ano de trabalho da CON foi extremamente enriquecedor. A Etapa Nacional é mais um passo: somos porta-voz e garantidores do processo metodológico e regras que pactuamos.
- Profa. Ivone/RENAESP - Os membros da CON deveriam também encaminhar a proposta de reestruturação do CONASP no âmbito da conferência.
- Eliete Borges/- o governador do estado do Amapá tem muito interesse em participar de todo o processo da Conferência. Ele poderá ser convidado para participar nos GTs?
- Fernanda dos Anjos/MJ- Esclareceu que o convite para os governadores será feito pelo gabinete do Ministro. Têm direito a voz, mas não têm direito a voto.
- José de Ribamar/Fórum de Ouvidores- Nos somos interlocutores privilegiados com os segmentos. Alguns de nos tem também relações mais próximas com as delegações estaduais. Poderíamos esclarecer o papel dos membros da CON na interlocução com as delegações estaduais.
- Marcos Resende – Sugeriu a publicização o critério do tamanho da delegação do Estado para distribuição nos hotéis.

BALANÇO GERAL DO PROCESSO

- Fernando Antunes, Coordenador de Projetos Especiais, apresentou o balanço Geral da 1ª CONSEG, por etapas e outras atividades de mobilização, totalizando meio milhão de pessoas que foram de alguma forma envolvidas no processo de construção da conferência. Mais de 156 mil pessoas participaram diretamente das etapas. (*PPT no link*). Marcia Alencar, Assessora Especial para Assuntos Penitenciários, apresentou informações sobre a mobilização do Sistema Penitenciário. Foi aberta rodada de intervenções:
 - a) João Sana/FNP- Satisfação que esta sendo participar deste processo como um todo, em particular do alcance e impacto das conferências livres no Espírito Santo. Houve uma experiência interessante no sistema prisional feminino. Conferências regionais permitiram o envolvimento de todo. A delegação do estado é de alta qualidade, diversa e representativa. Espero que possamos colaborar para instituir uma cultura de paz no país.
 - b) Marcelo Pires/SG-PR- Queria parabenizar a CON por esta organização e registrar que teremos conferências antes da Conseg e pós-Conseg. Vamos tomar as conferências livres como sugestão para as novas conferências nacionais
 - c) Marcos Rezende/FENDH - Acesso ao site conta como mobilização? Tirando como referência a CONAPPIR, é importante fazermos uma análise crítica sobre a participação na CONSEG. Sobre a questão do número de conferências neste governo a questão é qual é o impacto destas conferências, falta muito para se caminhar para que as políticas públicas designadas nestas conferências sejam concretizadas.
 - d) Tião Santos/Viva Rio- Considerando o fato que é a 1ª Conferência na área, o que se discutiu afeta diretamente o cotidiano das pessoas e é surpreendente a mobilização alcançada.
 - e) Geder Rocha/CNPCP - O mais brilhante que pode ser considerado como objetivo alcançado da conferência é o alcance da mobilização, em particular levando em consideração um tema que não era colocado em discussão. O fato do tema do sistema penitenciário ter entrado na conferência foi fundamental, garantindo a oportunidade de ouvir os apenados. Temos que analisar os números de uma forma responsável.
 - f) Tereza Cristina/CONDEGE – Saliu a participação do Sistema de Justiça, em especial a Defensoria.
 - g) Fernanda dos Anjos/MJ – Temos todo o registro dos dados dos participantes e sugiro o acesso a um documento no site da Secretaria Geral da Presidência com vários dados sobre as conferências nacionais. Dentre as primeiras edições de todas as Conferências, a 1ª Conferência das Cidades foi a única que ultrapassou em participação a CONSEG.

INFORME SOBRE SISTEMATIZAÇÃO E METODOLOGIA DA ETAPA NACIONAL

- Fábio Deboni, Coordenador de Metodologia, fez a apresentação do Projeto Metodológico da Etapa Nacional e da estratégia de sistematizando, esclarecendo dúvidas dos membros da CON. *(PPT no link)*
 - Esclareceu que foi contratada uma empresa para executar a estratégia de sistematização chamada Holon. Esta empresa ajudou a fazer a seleção e contratação dos facilitadores. Um Grupo de pesquisa da UFRGS apoiou a sistematização com o software NVivo.
 - O recebimento de relatórios de todas as etapas seguiu de sua numeração e codificação, definição de categorias e subcategorias a partir dos temas e subtemas do Texto-Base e das propostas que estão chegando das etapas. Também foi feita a triagem do conjunto dos relatórios recebidos para avaliar cumprimento do formato e prazo de entrega. Em seguida, está sendo feito o encaixe destas propostas nas categorias e subcategorias para análise e geração de sínteses que agregarão as propostas.
 - 1.359 relatórios foram recebidos para o processo de sistematização. As Conferências Livres representam 83% das propostas que serão sistematizadas para a etapa nacional.
 - Os Grupos de Trabalho e os Momentos Interativos seguirão com pequenas adaptações o formato utilizado nas Etapas Estaduais, com a priorização das propostas por adesivos em painéis. Foi aberta a fala para intervenções:
- a) Gilson Cardoso/MNDH - O MNDH se colocou desde o início para participar desta coordenação não só em nível nacional, como também nos estados. Crítica às propostas foram feitas aqui e dentro da rede e virão sem dúvida na Etapa Nacional. Não vamos participar de uma missa, mas de um debate político. A Conferência é um caminho, mas não é a salvação, como todos já sabem.
- b) Everardo Lopes/Desarma Brasil- É fundamental que os membros da CON acompanhem os facilitadores nos GTs para dar um apoio e garantir o cumprimento das regras e procedimentos da Conseg.
- c) Tereza Cristina/ CONDEGE- Queria registrar a insistência da defensoria pública de estar presente na CON. Estamos realizando uma primeira Conferência de segurança pública que demonstra o compromisso do governo com o tema e com a participação social. A metodologia da Conferência empreendeu um enorme esforço, mas é meio complicada de ser aplicada na prática.
- d) Maria de Lourdes/CNPG - Muito foi construído durante todo este período. Participei nas 1a reuniões da Conseg e na época saía meio desanimada das reuniões porque achava que seria apenas mais uma comissão. Vocês souberam integrar o posicionamento de cada um no processo. Leonardo Bandarra/CNPG complementou a fala ressaltando a participação do Ministério Público na CONSEG.
- e) Rosemeire/OAB- Não acha que seja uma metodologia complicada. Participei de varias etapas e as pessoas estão prontas para participar.
- f) Jânio Gandra/COBRAPOL- Quando chegamos aqui, pensamos que não iria dar certo, em especial com relação aos votos conjuntos das cadeiras, mas nós conseguimos amadurecer no dialogo para buscar soluções e políticas para a área. Só este fato já valeu a participação. Como sindicato da policia civil, realizamos 38 Conferências Livres. Mas nossa contribuição poderia ter sido maior. Uma critica construtiva é que não vimos a imprensa cobrir nenhuma reunião da CON ou nenhuma alusão a esta corrente plural que esta tratando sobre o tema da segurança pública e buscando soluções. Isto é uma falta de responsabilidade da imprensa.
- g) Marcilio Vieira/ANADEP - Gostaria de parabenizar a coordenação executiva. Vemos isto pelos números e vai resultar no sucesso da etapa nacional. Ausência de defensores públicos na categoria dos trabalhadores foi um problema. Não pudemos participar como esperávamos nos estados apesar da realização de varias Conferências livres e do seminário temático. Alguns temas deveriam ser incluídos no texto base como a questão da mulher, adolescentes e jovens, materialização do acesso à justiça.
- h) Fabio Deboni/MJ- Sobre o papel da CON dentro dos GTs, teremos um facilitador e um relator, profissionais contratados para a tarefa. São oitenta pessoas que vamos estar coordenando e serão treinadas para lidar com os assuntos e a metodologia. Os membros da CON têm um papel importante de mediadores políticos dos GTs em tensões eventuais que poderão aparecer. Estamos trabalhando com salas de 70 pessoas. Os mobilizadores vão ficar muito mais com a função de apoiar a articulação com as delegações estaduais.

APROVAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 03/2009 – ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ETAPA NACIONAL

- Foi apresentada a minuta da resolução que normatiza a organização e funcionamento da etapa nacional-votação com destaque em cada capítulo. Seguiram-se o debate e a votação de pontos divergentes:
- Capítulo 1- Dos participantes: aprovado
- Capítulo 2- Das instâncias deliberativas:

a) Everardo Lopes/Desarma Brasil para inclusão de previsão de duas falas de defesa e contra quando do empate de propostas (mudança no art.8): aprovada

b) Rosemeire/OAB sugere junção de incisos II e III do art. 6º: aprovado

- Capítulo 3-Das moções:

a) João Sana/FNP - Não seria muito alto este percentagem de 10% de participantes credenciados para a moção ser aceita? Em torno de 250 pessoas. Talvez valesse a pena colocar que não haverá defesa de moções em plenário.

b) Celito Cordioli/ABC - em vez de colocar em votação na plenária, a moção seria apenas lida no final.

c) Marcos Rezende/FENDH- Perguntou se as moções não poderiam ser propostas pelos GTs.

d) Marcelo Pires/SG-PR- Qualquer moção com mais de 200 assinaturas significa a vontade de todos? Não podemos dar valor excessivo às moções.

e) Jânio Gandra/COBRAPOL - a moção não vai tratar do Texto-Base e Caderno de Propostas, mas sim manifestações coletivas de apoio e repúdio. Só que isto tem um peso muito grande, todos vão querer fazer moção. Entendo que moção não deva ser encaminhada por meio de assinaturas. Seria importante aprovar uma moção com 70% de votos dentro dos GTs.

f) Cel. Sá Ribas/AMEBRASIL - Incluir idéia de não haverá defesa das moções, o coordenador de mesa apenas fará a leitura das moções recebidas com os critérios preenchidos.

g) Marcos Rezende/FENDH – Por que não haverá defesa das moções? Estaríamos fazendo algo muito rígido. Quem apresentou a moção que possa fazer a defesa.

h) Fernanda dos Anjos/MJ- Teremos um caderno de proposta gigantesco. Se formos debater moção dentro de GT não haverá tempo necessário para a priorização de princípios e diretrizes. O MJ defende que a apresentação de moção não deva estar atrelada a aprovação nos GTs. Não temos numero de inscrição nos crachás e não há como verificar as assinaturas.

Após as intervenções, seguiram-se quatro votações sobre o Capítulo 3 – Das moções:

1ª Questão - Formato de encaminhamento da moção:

Votação por contraste:

Posição 1 - Deve ser defendida por mais de 200 pessoas credenciadas (participantes/ observadores e convidados).

Posição 2 - Cada moção deve passar por pelo menos 3 GTs com 70% dos votos.

Posição 3 - Grupo da CON para receber moções e acompanhar assinaturas.

Decisão: Por maioria, a Posição 1 venceu.

2ª Questão – Se a moção vai para a Plenária Final:

Votação por contraste:

Posição 1 – Vai para a Plenária Final.

Posição 2 – Não vai para a Plenária Final.

Decisão: por maioria, Posição 1.

3ª Questão – Se vai haver leitura ou defesa da moção:

Votação por contraste:

Posição 1- Leitura pelo coordenador de mesa da Plenária Final.

Posição 2 – Defesa pelo proponente da moção.

Decisão: por maioria, Posição 1.

4ª Questão – Aprovação da Moção:

Votação por contraste:

Posição 1 – Aprovação dos participantes da Plenária Final, votação por contraste.

Posição 2 - Leitura da moção é suficiente para sua aprovação

Decisão: por maioria, Posição 1.

- Capítulo 4 – Disposições Gerais:

a) Celito Cordioli/ABC - sugestão de incluir no artigo 10, além da agressão física como motivo de descredenciamento, a agressão verbal/moral. Seguiu-se debate e posterior votação:

Votação nominal:

Posição 1 - Manter o texto original apenas com agressão física: 16 votos

Posição 2 - agressão física e moral: 12 votos

Decisão: Posição 1.

b) Marcos Rezende/FENDH – solicitou informações sobre a validação do relatório final pela CON.

c) Mariana Carvalho/MJ- Informou que ao final da Etapa Nacional todos os participantes levarão consigo documento com os princípios e diretrizes priorizados. O relatório final vai ser preparado pela Coordenação Executiva com todo o registro do processo para apresentação junto Será distribuído no final da Conferência o documento de priorização final de princípios e diretrizes.

d) Rosemeire/OAB- caso omissivo é o último artigo de qualquer resolução/ técnica jurídica.

e) Paulo Poloni/FENAPEF- sugestão de inclusão de proibição de entrada com porte de arma branca ou qualquer outro objeto que possa provocar lesão corporal. Sugestão acatada por consenso.

REESTRUTURAÇÃO DO CONASP (GESTÃO TRANSITÓRIA)

- Regina Miki/MJ - por onde andamos no país a segurança pública esta pautada no debate nacional como resultado da mobilização da CONSEG. Temos que deixar alguma linha para garantir uma continuidade no pós Conferência, por isso a importância de se garantir o CONASP agora.

- Daniel Avelino/MJ retomou a apresentação sobre o CONASP, com sugestões recebidas pelos membros da CON. Alguns questionamentos e respostas iniciais foram apresentados: 1- CONASP de transição é idêntico a CON? Composição das entidades e redes que integram a COM; 2-CONASP será deliberativo? Sim, com relação à política nacional de segurança pública; 3-Qual órgão gestor o CONASP se vincula? Como os outros Conselhos Nacionais, estará vinculado ao Gabinete do Ministro. Questões mais imediatas - CONASP é de transição ou GT? Estamos falando de reestruturação de um conselho, portanto não cabe um GT. Prazos e cronogramas adequados até 2010/ período eleitoral. Diretrizes orientadoras e plano de trabalho: CONASP de transição tem que ter atribuições prioritárias - elaborar regimento interno/ normas para processo eletivo e convocar eleições para os membros do CONASP. Fazer a ligação do CONASP com a CONSEG pela motivação dos atos- menção expressa às deliberações de várias etapas da Conferência. Foi aberto o debate:

- a) Marcos Rezende/FENDH - não somos contra a reestruturação do CONASP. Isto é um passo a mais na história da segurança pública, mas seria um processo mais legítimo se colocássemos esta questão para um debate mais amplo com a sociedade, após a Conferência ou em sua plenária final.
- b) Geder Rocha/CNCP - ainda que se faça este referendo que é legítimo e democrático nós temos uma legitimidade que construímos. O fato de dar continuidade a mobilização e composição da CON também é importante, além das principais atribuições que seriam de responsabilidade deste conselho de transição
- c) João Sana/FNP - este debate foi amadurecido pelas discussões ocorridas nos estados de articular os conselhos em todos os níveis. O relatório final da CONSEG também deve ser levado em consideração para orientar os trabalhos do CONASP de transição. A CON tem capacidade técnica e política para levar a questão. Podemos fazer algumas plenárias estaduais, nacionais, das entidades ou por segmentos para avaliar as resoluções para a reestruturação do conselho.
- d) Prof Ivone/RENAESP - só lembrando da moção que fizemos na última reunião com a presença da FENDH. Gostaria de complementar na proposta apresentada idéia de estruturação, consolidação e articulação dos conselhos nas suas três esferas de governo.
- e) Coronel Melo/CNCG -Terminando a CONSEG, o tema prioritário será o CONASP. Teremos possibilidade política com a saída do Ministro Tarso Genro para reestruturar o conselho? Não se pode deixar passar esta oportunidade.
- f) Tião Santos/Viva Rio - Estamos conversando desde ontem sobre os resultados políticos desta Conferência. Entendo a preocupação do Marcos, mas o governo espera de nós um aceno de nós. E fundamental tomar a decisão agora.
- g) Belintani/ISPCV - proponho que seja aprovada a reestruturação do CONASP no modelo apresentado pelo Daniel.
- h) Gilson Menezes/Guardas Municipais - Estamos diante de um grande portal do tempo, conforme diz o Balestreri. Devemos preparar o CONASP para que ele tenha um crescimento saudável.
- i) Fernanda Gomes/F4- compartilho de que o momento político é este para a reestruturação do CONASP, mas é importante colocar uma preocupação: o melhor momento na Conferência e a forma que iremos publicizar isto.
- j) Antonio Funari/Fórum de Ouvidores - Importante destacar as opções que temos: a quem se encaminha as resoluções da Conferência? Ao CONASP. Agora ao CONASP que temos no decreto, com composição de

especialistas e autoridades, ou a um novo colegiado reestruturado? Em política não existe espaço vazio, se não ocupamos outros o farão.

- k) Tereza Cristina/CONDEGE - O CONASP deve ser reestruturado, mas de que forma? Por meio de um GT seria melhor para não contrariar aqueles que não foram contemplados na CON.
- l) Rosemeire/OAB – Lembrou a moção aprovada pela CON sobre a iniciativa do colegiado de propor a reestruturação do CONASP. Sugeriu a utilização de consultas públicas virtuais. Apoio ao conselho de transição.
- m) Wilmar Braga/CONCPC - O CONASP deve ser reestruturado por meio de um conselho provisório e não vejo nenhum demérito na CON constituir este espaço de transição, de forma que o CONASP seja o indutor e fiscalizador destas políticas. Devemos garantir a presença de uma secretaria executiva no CONASP, que foi uma falta do antigo conselho.
- n) Daniel Avelino/MJ - Seria importante garantir uma relação do CONASP com a CONSEG. Não é o decreto que dará qualidade ao conselho, não é o órgão ao qual está vinculado, são os conselheiros que dão essa qualidade. Há uma diferença entre a situação ideal e a situação possível. O momento política solicita a organização do conselho de transição.
- o) Marcia Alencar/DEPEN – Lembrou que o CONASP de transição deverá lidar com as representatividades.
- p) Mariana Carvalho/MJ – é preciso deixar muito claro que o objetivo do CONASP transitório é organizar o CONASP definitivo, criar as condições de eleição dos conselheiros e fazer valer as resoluções da CONSEG.
- q) Regina Miki/MJ – destacou que o CONASP que ainda se encontra vigente não tem uma representatividade ampla, não abrindo espaço para a sociedade civil e os trabalhadores. Não podemos deixar brechas para que esta composição continue vigente.
 - Entrou em regime de votação nominal:
 - Posição 1 – CON como CONASP de transição – 28 votos
 - Posição 2 – CON como Grupo de Trabalho – 2 votos.
 - Em seguida, abriu-se a discussão sobre como publicizar o CONASP de transição:
- a) Luiz Gonzaga/ANASPRA - o decreto assinado pelo presidente deverá ser apresentado na Conferência.
- b) Antonio Funari/Fórum de Ouvidores - noticiar que todo o resultado da Conferência será encaminhado para o CONASP provisório. Precisamos ter o decreto.
- c) Celito Cordioli/ABC - tem que sair um decreto já assinado excluindo o atual e instituindo o provisório. Seria apresentado pelo Ministro na plenária final da Conferência fundamentando a continuidade e como compromisso de implementar as resoluções.
- d) Cel. Sá Ribas/AMEBRASIL - o decreto deve estar assinado e apresentado no final da Conferência. Ha uma expectativa quanto ao que vai acontecer depois. Que se faça a leitura do decreto como uma resposta a estas aspirações para dar encaminhamento às propostas da Conseg.
- e) Tião Santos/Viva Rio - o decreto tem que ser assinado antes da Conferência. Publicado no diário oficial já divulga a questão. O Ministro pode entregar os resultados para um representante da CON.
- f) Coronel Melo/CNCG- não se pode perder o momento político.
- g) Mariana Carvalho/MJ – O decreto tem que passar pela Casa Civil e há sim a possibilidade de não ter sido assinado antes da Conferência, mas envidaremos esforços para tanto. É importante que os membros da CON sensibilizem suas redes e bases sobre a importância de se aproveitar o momento política para a reestruturação do CONASP.

ENCAMINHAMENTOS FINAIS

1. Disponibilização dos celulares dos membros da CON para serem facilmente localizados durante a Etapa Nacional.
2. No stand da CON haverá 5 expositores pessoas de entidades da CON para cuidar do espaço e materiais de todas as entidades que utilizarem o stand. As seguintes entidades se mostraram interessadas: FENAPEF, MNDH, Viva RIO, ADEPF, FENAPPI e COBRAPOL. A Coordenação Executiva entrará em contato. (*manual dos expositores no link*)
3. Balanço das Conferências Livres detalhado será enviado à CON.
4. Membros da CON deverão apoiar divulgação do questionário sobre o perfil dos participantes da 1ª CONSEG, a ser enviado via eletrônica pelo Instituto Via Pública e com possibilidade de ser preenchido em terminal durante a Conferência.
5. Dar andamento sobre a reestruturação do CONASP, conforme pactuado durante a reunião, para que sejam anunciados os próximos passos durante a Conferência.

6. Envio do Caderno de Propostas em versão digital para os membros da CON. Previsão para 21 de agosto.
7. Entidades da CON deverão preparar seus balanços de avaliação sobre a CONSEG para trazerem para a próxima reunião.
8. Todos os materiais apresentados serão enviados aos membros cadastrados no e-group. Aqueles que não estiverem enviem e-mail para mariana.carvalho@mj.gov.br

LISTA DE PRESENÇA

Representante	Instituição	1º Dia	2º Dia
Antonio Funari Filho / José de Ribamar de Araújo e Silva	Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia	X	X
Abelardo Bridi / Marlon Teza	FENEME- Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais	X	X
Abelmídio Sá Ribas / Edmilson Fonseca	AMEBRASIL - Associação Nacional dos Oficiais Militares Estaduais	X	X
Wilmar Braga	Conselho Nacional de Chefes da Polícia Civil - CNCPC	X	X
Agadeílton Lacerda Gomes de Menezes	Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais - APCF		
Almir Laureano dos Santos	Grande Oriente do Brasil	X	X
Marcílio André Vieira	Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP	X	X
Benedito Mariano	Gabinete de Gestão Integrada (GGI - M)		
Carlos Eduardo Poças Amorim Casa Nova	Liga Nacional de Corpos de Bombeiros Militares do Brasil - LIGABOM	X	X
Carlos Lélío Luria Ferreira/Ângelo Roncalli de Ramos Barros	Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária - CONSEJ	X	X
Celito Cordioli	ABC - Associação Brasileira de Criminalística	X	X
Rosimeire Cecília Costa	Ordem dos Advogados do Brasil-OAB	X	X
Celso José de Mello / Marcos Teodoro Scheremeta	Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (CNCG - PM/ CBM)	X	X
Daniel Lerner	Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH	X	X
Deniz Mizne	Instituto Sou da Paz	X	
Eliete Nascimento Borges	Colégio de Diretores da Polícia Técnico-Científica	X	X
Elvis Adriano da Silva Oliveira	ABML - Associação Brasileira dos Médicos Legistas Cíveis		
Everardo de Aguiar Lopes	Rede Desarma Brasil	X	X
Fernanda Alves dos Anjos	Ministério da Justiça	X	X
Fernando Luiz de Azevedo	FENAPRF - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais	X	X
Francisco Sá Cavalcante	Colégio de Secretários de Segurança Pública	X	X
Geder Luiz R. Gomes	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP	X	X
Geovana Alves	DPRF	X	X

Gilson Cardoso	Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH	X	X	
Gilson Menezes	Conselho Nacional das Guardas Municipais	X	X	
Helder Antônio Jacoby dos Santos	Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais – SINDAPEF	X	X	
Ivone Freire Costa	Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública - RENAESP	X	X	
Jânio Bosco Gandra	COBRAPOL - Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis	X	X	
João José Barbosa Sana	Frente Nacional de Prefeitos	X	X	
Jose Roberto Bellintani	Instituto São Paulo Contra a Violência	X	X	
Kleber Luiz da Silva Junior	ADEPOL - Associação dos Delegados de Polícia do Brasil	X	X	
Luiz Alberto Barbosa	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC	X	X	
Luiz Gonzaga Ribeiro	ANASPPRA - Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças Policiais e Bombeiros	X	X	
Marcelo Pires	Secretaria Geral da Presidência da República – SG/PR	X	X	
Marcos Leôncio Sousa Ribeiro	Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF	X	X	
Marcos Rezende	Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos - FENDH	X	X	
Leonardo Bandarra/Maria de Lourdes Abreu	Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPJ)	X	X	
Paulo Roberto Poloni Barreto / João Valderi de Souza	Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF	X	X	
Paulo Tamburini	Conselho Nacional de Justiça			
Fernanda Gomes da Silva	F4	X	X	
Alexandre Silveira	Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados			
Renato Sérgio de Lima	Fórum Brasileiro de Segurança Pública	X	X	
Sandro José Neis	Conselho Nacional do Ministério Público			
Simone de Jesus	FENAPPI - Federação Nacional dos Papiloscopistas Policiais	X	X	
Sebastião Santos	Viva Rio	X	X	
Cláudio Gomes/Pehx Jones	DPF	X	X	
Convidada		Instituição	1º Dia	2º Dia
Tereza Cristina Almeida Ferreira	CONDEGE		X	X
Observadores		Instituição	1º Dia	2º Dia
Agnaldo Augusto da Cruz	SENASP		X	X
Carlos Alberto Vieira	UNESCO		X	
Cel. Joaquim Lopes	CBM-MS		X	
Ediane Nascimento Borges	Coordenadora comunitária / AP		X	
Edson Costa Araújo	SENASP		X	X
Mariana Cunha	Via Pública		X	X
Pedro Ivo Carneiro	UNESCO		X	
Thaiz Pavez	CEBRAP		X	X
Wagner Romão	Via Pública		X	X
Wladimir da Silva Formiga	Gabinete - MJ		X	
José do Nascimento	Assessor Parlamentar - PMDF		X	
Adilson Theodoro	FENEME		X	
Marcelo Ramires	FENEME		X	
Marcelo C. de Albuquerque	DPRF		X	

Ediane Nascimento Borges	Coordenadoria Comunitária/AP	X	X
Coordenação Executiva da CONSEG			
Antonio do Carmo Gianichini Cardoso			
Fábio Deboni			
Guilherme Zambarda Leonardi			
Mariana Siqueira de Carvalho Oliveira			
Regina Miki			
Renata Florentino			
Fernanda Alves dos Anjos			
Daniel Pitangueira de Avelino			
Márcia de Alencar			
Fernando Antunes			
Beatriz Cruz			